

➤ A CLARA PERCEPÇÃO DE LIMA BARRETO: GÊNERO E RAÇA NO ROMANCE CLARA DOS ANJOS

Alexandre Carlos Gugliotta e Danielle Souza Fialho da Silva- Mestrandos em História- UERJ

Este artigo tem como objetivo analisar o discurso de gênero e raça no romance *Clara dos Anjos* de Lima Barreto. Busca-se inserir o autor no seu tempo remetendo às idéias que circulavam na primeira república tais como branqueamento, eugenia, políticas sanitarista e higiênicas e moralidade burguesa.

A percepção de Clara

Em um dado momento, Clara ergueu-se da cadeira em que se sentara e abraçou muito fortemente sua mãe, dizendo, com grande acento de desespero:

-Mamãe!Mamãe!

-Que é minha filha?

-Nós não somos nada nesta vida. [1]

Através deste desesperado lamento direcionado à sua mãe dentro de um bonde que se dirige ao subúrbio da cidade do Rio de Janeiro, a personagem Clara dos Anjos, ao final do romance homônimo, constata a sua dura realidade. Sendo iludida por um jovem branco de família mais abastada e ficando grávida dele, Clara dos Anjos, ao sentir a dor da rejeição e a resposta de que nenhum "mal" feito a ela haveria de ser reparado, num momento de rápida reflexão, frente aos supostos olhares censores dos passageiros, compreende sua condição: não era uma moça como as outras, "apenas uma mulatinha", filha de um carteiro que havia sido "desonrada". No ano de 1922, Lima Barreto concluía desse modo o romance "Clara dos Anjos". Ao longo de suas páginas, dando vida a jovem suburbana, o autor soube expor e denunciar o preconceito social e racial vigente na sociedade brasileira da República das grandes oligarquias.

Um país de mestiços e de negros

A primeira versão do romance que retrata o drama da jovem mulata suburbana – Clara dos Anjos – foi concebida por Lima Barreto em 1904. Naquela época, o escritor tinha o ambicioso projeto de escrever a história da escravidão negra no Brasil e suas conseqüências após a abolição [1]. Neste projeto, a personagem principal serviria como fio condutor para descrever a escravidão e o contexto social posterior. Contudo, o autor não foi à frente e, com o passar dos anos, a idéia termina sendo deixada de lado. Com o iniciar da década de 20, Lima Barreto conclui que o momento oportuno para dar vida a sua jovem mulata finalmente chegara.

A segunda versão, iniciada em 1921 e concluída um ano depois, suprimiria bastante o ambicioso projeto de escrever a longa trajetória de Clara tendo como pano de fundo a própria herança escravista a acompanhar o destino da moça. A história da segunda versão seria mais curta, todavia, ainda era possível transparece em suas páginas o legado do passado escravista a influenciar o destino da heroína.

A República Brasileira inicia-se sobre a égide do positivismo e do cientificismo a influenciar grande parte dos intelectuais brasileiros. As teorias racistas através do darwinismo social ganhavam o Brasil desde a década de 1880 e se desenvolviam com facilidade no ambiente republicano. Impulsionado pelas pesquisas realizadas em centros de estudos europeus e norte-americanos desde os anos de 1860, o darwinismo social pregava que os povos brancos haviam se desenvolvido mais que os povos de outras raças dentro de uma escala evolucionista que levava ao progresso e a civilização. Servindo a interesses imperialistas, as teorias racistas se espalharam pelo mundo e os seus dogmas apontavam que todas as evidências mostravam os brancos como superiores as demais raças, tais concepções eram quase

incontestáveis. Em tal discurso, povos não-brancos não haviam prosperado como os europeus e a sombra do fracasso e da degenerescência permearia sua história.

Grande parte das elites brasileiras acabou por concordar com essas teorias deterministas. Todavia essas elites não incorporaram as idéias a seco, ou seja, elas buscaram antes criar uma via de adaptação para a realidade nacional. De acordo com a pesquisadora Lilia Moritz Schwarcz [2], a intelectualidade letrada brasileira passaria a fazer uma releitura desses conceitos na tentativa de adaptá-los a realidade mestiça do país.

Misto de cientistas e políticos, pesquisadores e literatos, acadêmicos e missionários, esses intelectuais irão se mover nos incômodos limites que os modelos lhe deixavam: entre a aceitação das teorias estrangeiras condenavam o cruzamento racial – e a sua adaptação a um povo a essa altura já muito miscigenado.

De fato, a realidade nacional para essas elites era bastante incômoda, afinal não podiam negar que o número de descendentes de africanos no país era imenso e que sua composição mestiça espelhava uma nação bem distante dos moldes europeus e norte-americanos. Um meio termo passou a ser elaborado por grande parte dos intelectuais que se preocupavam com a imagem do Brasil neste período. Assim, se por aquele momento a mestiçagem do brasileiro não podia ser negada, o jeito era vislumbrar um futuro diverso para o país – a teoria do branqueamento sugeria que o futuro da população brasileira, através dos cruzamentos e do estímulo a imigração européia, iria adquirindo cada vez mais um tom de pele mais claro. Tal concepção, passou a atrair alguns intelectuais que acreditavam ser essa a melhor saída para "redimir a nação" e provar que seu futuro seria glorioso.

O Brasil vivido por Lima Barreto

O carioca Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881, sete anos depois o já insustentável sistema escravista seria definitivamente abolido. O cambaleante império de D. Pedro II marchava de encontro a um golpe que poria fim aos sonhos da única monarquia na América do Sul. Em suma, Lima Barreto viveu sua infância e juventude numa época de transição, na qual a sociedade brasileira, através do sistema republicano, passaria a organizar um novo tempo. As instituições monárquicas seriam deixadas para trás e os antigos escravos e os seus descendentes passariam a ter liberdade e deveriam ser inseridos em uma nova ordem social que visava o progresso nacional em bases positivistas.

Alguns biógrafos de Lima Barreto ressaltaram como notórios os rancores do romancista expressos em suas célebres críticas aos contos e textos jornalísticos. Não apenas Lima Barreto, mas também vários outros intelectuais de sua geração, bem como outros de uma geração posterior ao seu nascimento, tinham projetado esperanças e ideais na crença de um Brasil mais justo e mais desenvolvido quando o sistema republicano passasse a funcionar com todo o vigor. Todavia, muitos desses intelectuais acabariam por se decepcionar, pois a República que desfilaria nos anos iniciais do século XX seria marcada pela forte presença das elites agrárias do sudeste do país – sempre em busca de mais lucros e mais vantagem para a valorização do principal produto de exportação nacional – o café. A República deixava de lado os projetos sonhados e excluindo os intelectuais que lutavam por mais justiça social.

As ações e projetos populares que idealizavam uma melhoria de vida eram resolvidos pelos governantes através do uso da violência, sem espaço para o debate com a parte reivindicante. O caso de Canudos, no sertão da Bahia se tornou conhecido pela falta de tolerância e interesse do governo por uma parcela da população nordestina que vivia na miséria e no abandono.

O "bota abaixo", visando à construção de uma grande avenida na capital federal que daria ares parisienses ao Rio de Janeiro, não levaram em conta as centenas de desabrigados que não podendo viver longe do centro (área de trabalho), tiveram que ocupar o morro do Livramento ou se conformar em reconstruir a vida nas zonas suburbanas, longe da zona central. Durante a Revolta da Vacina, na qual o mesmo prefeito Pereira Passos em sua ânsia pelo progresso e civilização, tornou a vacinação um ato obrigatório, gerando reações das classes populares, que viram os agentes de saúde entrarem em suas casas e casebres em nome de uma ordem higienista.

Por fim, as reações operárias por melhoria das condições de trabalho, num país que iniciava a expansão de suas indústrias, acabavam tratadas com violência, mobilizando a força policial para deter os "baderneiros".

Frente à situação de descaso vivido pelas populações menos favorecidas, seria lógico concluir que o antigo ideal, ainda almejado durante os anos de crise do Império, de inserção dos ex-escravos e de seus descendentes dentro de uma sociedade democrática, no qual seus direitos seriam respeitados, acabaria ficando no esquecimento. Entretanto, o que se viu no limiar da primeira república brasileira foi o crescimento das teorias racistas que pregavam o progresso da "raça" branca em detrimento dos povos não-brancos ou mestiços.

Os personagens

Dentro deste contexto ideológico, o romance *Clara dos Anjos* foi elaborado pelo então mulato [3] Lima Barreto que através da descrição dos seus personagens, deixava transparecer em tom de denúncia, uma ideologia silenciosa [4] que unida a posição social relegava os agentes "marcados" à uma situação de desconforto frente a um destino que não podia ser mudado.

Como percebemos no trecho citado acima, no qual Clara se rende ao fato de que nada mais pode ser feito, a não ser aceitar sua inferioridade social, o autor Lima Barreto sugere ao longo da trama que esforços por reconhecimento social foram feitos pelos personagens populares. Todavia, o sistema ideológico hegemônico engessavam o avanço deles, ou seja, o que ocorre para Lima é que a estrutura social do Brasil de seu tempo não contribuía para que os indivíduos superassem suas limitações – as desigualdades de condição econômica e de cor não permitiam uma maior mobilidade social.

Vejam o caso da heroína. Clara dos Anjos : nascida num subúrbio carioca, sendo filha de um carteiro, Joaquim dos Anjos, e de uma dona de casa, de nome Engrácia, ambos descritos como pardo-claro pelo autor, ele de cabelo "ruim" e ela de cabelo liso – *apesar de ser mais escura* [5]. A hibridez de Clara evidencia-se na descrição física dada pelo autor: " nasceu com a tez do pai (mais clara) e o cabelo da mãe (liso)". As descrições físicas – gradações de cor e o tipo de cabelo – desempenham um papel significativo na narrativa. Podemos pensar que dentro do contexto do branqueamento tais aspectos são igualmente importantes. É nesta perspectiva que se propaga a ideologia do branqueamento, Clara teria nascido de certa forma numa condição física "mais afortunada".

Mesmo tendo poucos recursos, o casal dos Anjos esmerou-se na educação da única filha, incorporando os ideais burgueses que pregavam os "bons" costumes morais. Tais valores restringiam a vida de Clara a esfera doméstica, a esfera da casa, preparando-a para o casamento, resguardando a virgindade ("honestidade de donzela" [6]) ao cercá-la da companhias de senhoras quase que exclusivamente. Lima Barreto assinala que dona Engrácia "tinha um enorme temor que sua filha errasse, se perdesse".

[7] O autor nos apresenta Clara entre os seus 17 e 18 anos de idade, nesta fase de sua vida, ela já concluía seus estudos de "*primeiras letras*" e estava aprendendo a costurar e a bordar. Era de natureza "amorfa" e "pastosa", não possuía o ideal de construir um caráter para si, ao contrário, bastava-lhe seguir a vontade do pai enquanto solteiro e a do marido quando se casasse, segundo o autor [8] Seus pais não poderiam moldar-lhe uma personalidade "forte", pois eram da mesma natureza que ela. Assim, ela cresceu entre "devaneios românticos" e sonhos lânguidos de modinhas. [9]

"Não havia em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida." [10]

Clara dos Anjos, mesmo cercada de todos os cuidados e criada dentro dos preceitos de uma moral burguesa, consolidada na Belle Époque, envolve-se com Cassi Jones – " consumado modinhoso [11]". Protegido pela mãe e preterido pelo pai por suas seduções de meninas de todas as "cores" e pobres, Cassi Jones utilizava-se de seu violão como um "elixir do amor" para atrair suas vítimas. "Fosse ele ou fosse o violão, fosse ambos conjuntamente, o certo é que, no seu ativo o Senhor Cassi Jones, de tão pouca idade, relativamente, contava perto de dez defloramentos e a sedução de muito maior número de senhoras casadas. [12]". Nascido numa família de classe média suburbana, Cassi era branco,

sardento, com menos de trinta anos, costumava-se vestir segundo a moda da Rua do Ouvidor, em parte, por que queria se distinguir do seu meio suburbano. Não usava topete, nem bigode e sempre trazia o cabelo ensopado de óleo – a “famosa pastinha” [13]. O “modinheiro” tinha passado por diversas delegacias, porém se livrava das acusações com a ajuda de seus advogados que usando de mentiras conseguiam que escapasse de um casamento forçado ou de anos na correção. Dona Salustiana, sua mãe, era sua principal aliada. Recorria ao apoio materno alegando que as moças já estavam “perdidas”, e que fora tudo uma cilada que lhe armaram para encobrir um mal feito por outrem e por sabe-lo de boa família. [14]

Podemos notar que com o início da república entra cena o Estado regulando a vida privada. Delegados e juizes, inclusive médicos, serão árbitros neste processo civilizador, disciplinando corpos e almas a partir de padrões morais burgueses dominantes. [15] As práticas sexuais, casamento, família tornam-se alvos de políticas públicas, como por exemplo o controle da prostituição e dos “crimes de sedução”, principalmente no que se refere às camadas populares. Ser “perdida”, como citado no trecho a cima, significava que uma moça teve relações sexuais fora do casamento. Tal categoria servia para classificar aquelas que eram “seduzidas” e abandonadas, ou até mesmo aquelas que regulavam sua vida sexual fora do controle masculino. Em seu livro, Lima Barreto elucida a busca por justiça por parte da família das moças que eram seduzidas. A condição social das “vítimas” – considerada desclassificadas – diante do poder e influência da família de Cassi contribuía para sua impunidade. Entretanto, é importante notar que não se trata, no romance, de uma questão apenas de justiça, mas de revelar como que o sistema colocava tais moças à margem, em outras palavras, sua condição social e racial já era percebida como suspeita. Com Cassi Jones, o autor constrói um personagem que em princípio é consciente dos valores e preconceitos de sua época, com este domínio consegue transitar de maneira que o favoreça: podiam tornar-se de vítimas a culpadas, através da alegação de que já eram “perdidas” antes dele as conhecer. Sobre este assunto a observação do padrinho de Clara, Marraque, nos oferece uma percepção sobre o infortúnio dessas meninas:

Na sua vida, tão agitada e tão variada, ele sempre observou a atmosfera de corrupção que cerca as raparigas de nascimento e da cor de sua afilhada; e também o mau conceito que se tem as suas virtudes de mulher. A priori, estão condenadas; e tudo e todas pareciam condenar os seus esforço e dos seus para elevar sua condição moral e social. [16]

Sobre a vigilância das camadas populares, Martha Abreu assinala que “meninas perdidas” eram aquelas que se libertaram da noção tradicional do “sexo só depois do casamento”. [17] No contexto republicano, de instauração de uma nova ordem, “perdida” era o avesso da mulher de “conduta honesta”, tal classificação não representava apenas uma ameaça a moral burguesa da *Belle époque*, mas antes disso significava uma transgressão a ordem higiênica e ao projeto de organizar a sociedade em famílias ordeiras com membros preparados para o mundo do trabalho. As leis punitivas funcionavam como uma forma de educação das camadas populares, seja pelo aspecto de condenação – ao classificar os crimes por “defloramento”, seja pela introdução de novos valores pela coerção e pelo estigma, que serão disciplinadores do *habitus* individual. Podemos dizer que Clara dos Anjos é uma personagem que incorpora estes valores ao dizer “Nós não somos nada nessa vida”. Preparada para o casamento, mas transgredindo as regras, em parte, segundo Lima, por sua educação deficitária e pela sociedade que projetava nela o mesmo destino das outras – “as perdidas”, para Clara o defloramento, a gravidez indesejada fora do matrimônio significava a destruição dos papéis sociais reservados a sua condição, ou seja, de esposa, mãe e dona de casa. De acordo com a historiadora Marta Abreu:

Para as moças educadas na perspectiva de arranjar um “bom” casamento, como Clara, a perda da virgindade seria realmente irreparável, principalmente se fosse de “cor”. Buscar um casamento “melhor” poderia significar para as “pretas” e “pardas” sua realização com maridos mais brancos e “higiênicos”. [18]

Pode-se observar que apesar da presença do sistema de justiça, personificado por um delegado no livro, este sistema não funciona para punir Cassi. As vítimas de sua sedução não possuíam uma família “com nome” que pudesse exercer influência a sua acusação, ao contrário da família o modinheiro, que contava com o prestígio de um tio “doutor”. Segundo Gislene Nader, tais situações “são permeadas pelo sistema de clientelismo e de favor acionados pela mãe do personagem.” [19] A mãe

de Cassi, Dona Salustiana, tentava acobertar os erros do filho em relações os seus crimes de sedução e defloração. O autor descreve Salustiana como uma mulher vaidosa. Assinala que ela se gabava de sua ascendência da nobreza britânica, de ter estudado em colégio das irmãs de caridade e ter um irmão médico – por tudo isso se achava superior aos seu vizinhos. Para ela, tais moças eram “perdidas” e não estavam a altura de casar com seu filho; caberia portanto as mães prezar pelo cuidado de suas filhas para não dar um “passo errado”.

Um modelo feminino

Assim como Clara, a protagonista que estava fadada ao fracasso, outros personagens trilhavam o mesmo caminho. Lima os descreve como negros, pardos, mulatos, que em sua trajetória não conseguem obter o que almejavam, sucumbiam ao meio social ou ao vício da “parati” – como no caso do poeta Leonardo Flores – poeta que teve seu brilho, mas estava decadente – e do “dentista” Menezes. Porém, dona Margarida, personagem branca descendente de russos e alemães, é descrita pelo autor como uma pessoa possuidora de inúmeras virtudes: “era respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez”. [20] Dona Margarida contrasta com as demais personagens femininas pela sua personalidade, pelo seu “caráter investido de vontade”, materializado na sua conduta “moral” de mulher viúva que educa seu único filho, não só com a pensão que recebe, mas com seu próprio trabalho, tais como: costura, bordado e criação de galinhas no seu quintal. A alemã, entende e se solidariza diante do infortúnio de Clara, todavia lamenta a passividade ‘dessa gente’, que se deixa abater contra todos que se opõem a sua elevação social e moral [21]. De acordo com Lima Barreto, embora vivendo há muito nesse meio, são suas origens européias que definem seus valores e que a guiam na vida, imbuindo-lhe um espírito forte e decisivo.

Embora nascida em outros climas e cercada de outra gente, o seu inconsciente misticismo humanitário, herança dos avós maternos, que andavam sempre às voltas com a polícia dos czares, fê-la logo se identificar com a estranha gente que aqui veio encontrar. Aprendeu-lhe a linguagem com seus vícios e idiotismos, tomou-lhe os hábitos, apreciou-lhe as comidas, mas sem perder nada da tenacidade, do *esprit de suíte*, da decidida coragem de sua origem. Gostava muito da família do carteiro; mas, no seu íntimo julgava-os dóceis demais, como que passivos, mal armados para a luta entres os maus e contra as insídias da vida. [22]

No momento decisivo em que dona Engrácia e Clara vão conversar com a mãe de Cassi para pedir providências, Dona Margarida as acompanha, enfrenta e argumenta com dona Salustiana, tomando partido da família. A presença da alemã no texto nos remete ao contexto de imigração e da ideologia do branqueamento presente na passagem do final do XIX e início do século XX. Em tal época se discutia a formação de uma nação, sobretudo sobre a composição sócio-racial. Os intelectuais imersos nas discussões raciais se questionavam quanto às incertezas da composição do povo brasileiro, pode-se notar que existia uma representação que qualificava a imigração européia positivamente. Seria, portanto, uma forma de modernizar e trazer o progresso para nação, pois o povo latino era considerado “atrasado” e o negro só poderia ser redimido pela tutela dos brancos. Neste sentido, a obra de Lima Barreto se inter-relaciona com as ideologias presentes naquele contexto. Apesar de construir para seus personagens de “cor” uma vida de infortúnio, Barreto acaba elaborando uma crítica social ao responsabilizar o “meio”. Em outras palavras, é o sistema em que vivem, de exclusão e estigma, que não permite a seus personagens ter uma vida digna. Por outro lado, a superação de tantos problemas só poderiam ser vencidas por uma firmeza individual – lição que a filha do carteiro só percebe após se ver sem saída, o que a faz refletir:

O que era preciso tanto a ela quanto as suas iguais era educar o caráter, revestir-se de vontade, como possuía essa varonil dona margarida, para se defender de Cassis e semelhantes, e bater-se contra todos que se opusessem por este e aquele modo contra a elevação dela social e moralmente. [23]

Dona Margarida nos informa de um modelo a ser perseguido, não apenas de gênero, mas pelo o que ele qualifica de *firmeza do caráter* – e não por acaso esta personagem é européia. Lima sugere que tais virtudes são inatas na personagem e nos outros, no do povo brasileiro, deveria ser educada. Sobre o contexto racial e de gênero, o autor nos informa também que as meninas vítimas de Cassi vivem o

estigma, não apenas pela cor, mas também pela falta de informação, ou até mesmo formação. Lima Barreto, através de sua Clara, nos revela que a República que se instalou não projetara preparar o povo para o desenvolvimento desta “vontade firme”, e nem se preocupou em estender à cidadania aos populares. Todavia, o objetivo republicano através de suas políticas públicas (vacinação, reformas urbanas, etc) e da repressão ao operariado era a de *construção da ordem*, de civilizar e controlar a massa de trabalhadores. Sobre os aspectos deste período republicano, Lima Barreto se preocupou em demonstrar sua reflexão sobre esta realidade da nação. De acordo com Nicolau Sevcenko, Lima pertencia ao rol dos intelectuais que enfatizavam “alternativamente tanto as virtudes sociais da plena liberdade de iniciativas, como a conveniência de uma ação centralista coercitiva, desde que rigorosamente inspirada numa concepção analítica positiva das regularidades e necessidades do meio social.” [24]

Literatura, História, Raça e Gênero

Segundo P. Ricoeur, de acordo com a leitura que fazemos da ficção, pode-se produzir frutos de revelação e transformação da vida. Destarte, a literatura pode estabelecer uma mediação entre o mundo fictício e o mundo efetivo do leitor. [25] Longe de percebermos a literatura como uma narrativa histórica, seu jogo de construções e representações pode fornecer um arquétipo cultural de determinado período. A análise das representações deve vir acompanhada de outras fontes, que permitem uma percepção maior sobre o discurso do literato e suas obras. É significativo acompanhar a trajetória do autor e seu interesse pelas questões sócio-políticas.

Alguns intelectuais, como Sérgio Buarque de Holanda, sublinham o caráter de projeção individual na obra de Lima Barreto. Neste sentido, sua literatura estaria impregnada da sua trajetória de vida: a de um rapaz de “cor”, que teve oportunidade de viver com setores médios da república e sentiu na pele o estigma racial. No entanto, Holanda argumenta que *Clara dos Anjos* tornou-se menos uma personagem do que do que um argumento vivo e um elemento para denúncia. [26] Outros como Alfredo Bosi [27], levam em conta a questão da discriminação, porém sublinha que Lima foi um crítico mordaz da república que se instalara, sabendo-se em uma posição de “observado que se sabe vencido, mas não submetido à máquina social.” [28]. Bosi assinala que o caráter crítico de Lima visava denunciar o mito da nação que a aristocracia no poder buscava construir: as camadas populares estavam excluídas da ágora liberal.

Além da denúncia social do autor, percebe-se uma crítica aos costumes, que estão relacionados às famílias dos personagens. Neste sentido, pode-se observar os papéis de gênero [29] reservados as mulheres de “cor” moradores do subúrbio neste contexto de transição para os valores burgueses da vida republicana.

Os postulados da “família higiênica” de Clara são afrontados pelo desregramento e malandragem de Cassi. Para os higienistas, a mulher “nasceu para a maternidade” e o homem para o trabalho, para ser o “chefe da família”. O amor é o grande elo em tal discurso, mas sobretudo como um estandarte moral. Jurandir Freire da Costa assinala que, inserido nesta lógica, o casamento inter-racial estava incluído, abrindo novas possibilidades conjugais para outras camadas sociais, pelo fato das teorias médicas brasileiras não explicitarem uma proibição. [30] Dentro das divisões sexuais de papéis, fixou-se no homem a figura do pai e na mulher a da mãe. Por isso, a perseguição médica aos celibatários, libertinos, sífilíticos, prostitutas e “meninas perdidas”, ou seja a todos que contrariassem e se negassem ao cumprimento dos papéis modelos.

Podemos pensar que a não interdição do casamento vincula-se a ideologia do branqueamento, visto que a idéia de sociedade multiracial pertencia a um processo histórico que se remetia as nossas origens coloniais. Para Skidmore, o campo intelectual brasileiro do final do XIX e início do XX, embora se inspirasse nas teorias racista européias e norte-americana, não podia negar o alto grau de miscigenação do povo brasileiro e nem pregar uma segregação institucionalizada como fizeram os EUA.

Além do mais, “ao contrário dos EUA, em vez de duas castas (branca e não branca) havia uma terceira castas social bem reconhecida: o mulato. [31]

De acordo com Skidmore o mulato seria um agente essencial dentro da hierarquia social e política, pois quanto mais clara sua tonalidade, maior aceitação no processo de ascensão social – norma que compõem a sociedade burguesa capitalista. Oracy Nogueira em seu clássico *Preconceito de marca*, relaciona a cor, e suas gradações, como *marca* social. Para o autor, dependendo da gradação de cor da pele, sua ascensão é possível ou não, as dificuldades são maiores para aqueles de pele mais escura. A estratégia do branqueamento, portanto, é uma forma de lidar com esta barreira racial, pois o branco é percebido como um elemento de melhoramento da raça.

Na visão de Lima Barreto, através de sua “Clara dos Anjos”, percebemos que embora legítima a ascensão, esta viria acompanhada por desconfianças e barreiras que impediriam o seu pleno desenvolvimento. Estes conflitos são retratados com a personagem Dona Salustiana que não admitia ver o filho casado com meninas de “cor”, compreende-se que, em sua visão, que as meninas que se envolveram sexualmente com Cassi e, em seguida, batiam na sua porta pedido reparação, estavam em busca de uma ascensão social que se concretizaria através dos laços matrimoniais – mácula inadmissível na sua linhagem familiar que descendia da nobreza inglesa como gostava de propagar: “ – Casado [Cassi] com gente dessa laia... qual! ... que diria meu avô, Lord Jones, que foi cônsul da Inglaterra em Santa Catarina – o que diria ele se visse tal vergonha? Qual!”< /em> [32]

Conclusão

O olhar crítico de Lima Barreto frente à sociedade de seu tempo transparece na construção de várias de suas obras. No caso de Clara dos Anjos, esse olhar direciona-se, especialmente, para a questão do preconceito racial-social vivido por sua personagem principal e para o questionamento sobre a situação das mulheres do início do século XX.

Lima Barreto traça um perfil lamentável de sua protagonista: Clara era de formação débil, sem força e nem idéias, sua principal preocupação é preparar-se para um casamento, no qual o marido tomaria as decisões por ela. O autor critica, desta forma, a inércia na formação de Clara que, mesmo pertencendo a uma família de baixa renda, tinha sido educada dentro dos parâmetros burgueses vigentes no momento – valores que primavam pela sujeição da mulher às ordens do marido, o provedor da casa. Os pais de Clara haviam cercado a menina de cuidados e atenções para que se preparasse para o esperado dia do casamento, assim não se preocuparam em instruí-la sobre a vida e muito menos ensinar um ofício a jovem, pois acreditavam não ser necessário, seu papel seria somente cuidar da casa e dos filhos quando estes viessem.

Lima Barreto não era necessariamente um defensor da causa feminista, ao contrário, como aponta Eliane Vasconcelos [33], ele tinha várias críticas ao movimento feminista e em alguns momentos chegou a colocar em dúvida a capacidade do sexo feminino. Embora, ele tivesse deslançado críticas ao movimento feminista brasileiro, essas não miravam as mulheres, mas, como dissemos, seu alvo era a maneira como a sociedade as preparava, ricas ou pobres, para o futuro matrimônio. A imagem da imigrante Margarida – uma mulher forte, decidida, inimiga da inércia, delatora das injustiças sociais, e mesmo vivendo sem um marido (era viúva) mostrava-se capaz de trabalhar em inúmeras atividades e ainda conseguir educar seu filho, representava o protótipo da mulher ideal no imaginário do autor. O autor sugere que a educação dada as jovens brasileiras deveria se pautar no modelo de Margarida, ou seja, em mulheres mais independentes que não precisariam necessariamente de um casamento, de um marido, para enfrentarem as dificuldades cotidianas.

Somente a instrução poderia gerar mais mulheres ao estilo de Margarida que estariam aptas a resistirem a influência de homens ao estilo de Cassi; homens que buscavam as mulheres mais frágeis socialmente, justamente por saberem que saíam impunes de seus atos, podendo desta forma, continuar a buscar novas “presas” para satisfazerem seus egos moldados por uma educação que lhes garantia como legítima o busca do prazer, sem assumirem compromissos matrimoniais.

Clara não foi instruída por seus pais que a deixaram alheia aos fatos da vida, sua cabeça era formada por sonhos e desta forma foi fácil ser seduzida pelas melodias das cantigas de Cassi. Somente no final do livro é que Clara consegue desnudar sua situação, mas isso foi feito a base da dor moral e da vergonha (valores sociais) que a cobriram ao perceber sua “ desonra” – o futuro planejado se manchava para sempre. Podemos entender que, para Lima Barreto, todo o drama vivido pelas inúmeras Claras

teria outro final se o abandono social causado pela pobreza, o estigma “racial” ou a vigilância excessiva tivesse sido substituídos pelo esclarecimento e orientação franca que preparasse essas jovens para o enfrentamento da vida adulta.

- [1] Ver Barbosa, Francisco de Assis. A Vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.
- [2] SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993. págs 18 e 19
- [3] utilizamos esta categoria, pois é marcada pelos autores que analisam sua trajetória biográfica.
- [4] Dissemos silenciosa, porque , não ouve um apartheid nos moldes das sociedades americana e sul africana. Sul.
- [5] BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 48
- [6] idem. p.61
- [7] idem. p. 61
- [8] idem. p.103-103
- [9] idem
- [10] idem
- [11] idem, p. 25
- [12] idem, p.26
- [13] idem, p.25 (ver descrição no livro)
- [14] idem, p. 26
- [15] ENGELS, Magali. Paixão, crime e relações de gênero: Rio de Janeiro 1890-1930. Revista Topoi, nº 1, setembro, 2000.
- [16] Ibidem, p. 45
- [17] ESTEVES, Marta Abreu. Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- [18] Idem, p. 204
- [19] ENGELS, Magali. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995. p. 136
- [20] Opcit, p. 51
- [21] opcit, p. 164
- [22] opcit, p. 164
- [23] opcit, p. 170
- [24] SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões culturais e criação na primeira República. São Paulo : Brasiliense, 1983.p. 84
- [25] RICOUER, P. “Temps e récit” . In: Les temps raconter, Paris: Seuil, 1995: v.3, p. 184.
- [26] Ver prefácio de Sérgio Buarque de Holanda em BARRETO, L. Clara dos Anjos. São Paulo: brasiliense, 1979.
- [27] BOSI Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo; Cia. das Letras, 1992.
- [28] Idem p. 267
- [29] conceito utilizado segundo Joan Scotth, que se refere a categoria como relacional: qualquer informação sobre as mulheres diz respeito a uma informação sobre os homens e vice versa. Ver: SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, jul./dez., 1995.
- [30] COSTA, Jurandir Freire da. Ordem médica e norma familiar.
- [31] SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p.70
- [32] BARRETO, p.168
- [33] VASCONCELLOS, Eliane. Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

Referências

BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Martin Claret, 2003.

Barbosa, Francisco de Assis. A Vida de Lima Barreto. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2002.

CHWARCZ, Lilia Moritz.. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Cia das Letras, 1993.

ENGELS, Magali. Paixão, crime e relações de gênero: Rio de Janeiro 1890-1930. Revista Topoi, nº 1, setembro, 2000.

ESTEVES, Marta Abreu . Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

ENGELS, Magali. Discurso jurídico e ordem burguesa no Brasil. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1995.

SEVCENKO, Nicolau . Literatura como missão: tensões culturais e criação na primeira República. São Paulo : Brasiliense, 1983.

RICOUER, P. "Temps e récit" . In : Les temps raconter, Paris: Seuil, 1995.

BOSI Alfredo. Dialética da Colonização. São Paulo; Cia. das Letras, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, jul./dez., 1995.

COSTA, Jurandir Freire da. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro: Graal , 1985.

SKIDMORE, Thomas. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

VASCONCELLOS, Eliane. Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

[1] BARRETO, Lima. Clara dos Anjos. São Paulo: Martin Claret, 2003. p. 152